

**A ESCOLA PRIMÁRIA NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA:
apontamentos teóricos****THE PRIMARY SCHOOL IN THE CONTEXT OF THE FIRST
REPUBLIC: theoretical notes**Antonia Milene da Silva¹
Maria Antônia Teixeira da Costa²**RESUMO**

Esta comunicação tem como principal objetivo analisar o papel da escola no período da Primeira República (1889 a 1930) a partir de uma revisão teórica, a fim de desenvolver uma reflexão acerca da consolidação desse tipo de instituição escolar no Brasil. O presente trabalho intenciona investigar o cotidiano da escola por intermédio de narrativas de ex-alunas do Grupo Escolar 30 de Setembro em Mossoró nos anos de 1960. Para este estudo de caráter qualitativo, estamos baseados na revisão teórica como aporte metodológico e trazemos para conduzir tais discussões, autores como Luciano Mendes Faria Filho (1997, 2006), Dermeval Saviani (2007) e Jorge Nagle (1976). Por meio das leituras que fundamentam o atual trabalho, percebemos que a escola, enquanto instituição educativa pública, gratuita, laica e moderna que tentou superar as Escolas de Primeiras Letras, teve o seu passo inicial impulsionado pelos vitoriosos do movimento de 1889, passando a escola a partir de então, a ser vista como o espaço mais adequado para educar e civilizar a população a fim de atender aos anseios da sociedade que estava nascendo.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Primeira República. Historiografia da Educação.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the role of the school in the period of the First Republic (1889 to 1930) based on a theoretical revision, in order to develop a reflection about the consolidation of this type of school institution in Brazil. The present work intends to investigate the daily life of the school through the narratives of former students of the September 30 School Group in Mossoró in the 1960s. For this qualitative study, we are based on the theoretical revision as a methodological contribution and we bring to conduct such (2007), and Jorge Nagle (1976). Through the reading that underlies the present work, we realize that the school, as a free, secular and modern public educational institution that tried to overcome the Schools of First Letters, had its initial step driven by the victors of the movement of 1889, passing the school From then on, to be seen as the most appropriate space to educate and civilize the population in order to attend to the yearnings of the society that was being born.

KEYWORDS: School. First Republic. Historiography of Education.

DOI:10.21920/recei72017378693

<http://dx.doi.org/10.21920/recei72017378693>

¹ Mestranda em Educação no POSEDUC/UERN. E-mail: amilenes@hotmail.com

² Doutora em Educação/UFRN. Professora Permanente do POSEDUC/UERN. E-mail: prof.maria.antonio@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O início do século XX é marcado pela abertura e acessibilidade da escola ao povo, afirmando-se como uma instituição central da sociedade civilizada. Seguindo essa tendência, no Brasil passou-se a incentivar e a propagar a educação escolar a fim de construir uma sociedade letrada, já que a instrução escolar representava um indício e desenvolvimento de um país moderno. Era o momento no qual a sociedade brasileira passava por transformações econômicas, políticas e sociais que exigiam a modernização e a racionalização dos setores público e privado. Assim, a escola também passou a ser vista como meio de transmitir à população um conjunto de valores culturais e morais necessários à consolidação do pretendido Estado Moderno, tendo em vista as novas perspectivas de vida e de trabalho que se almejava.

As transformações sociais foram, aos poucos, conduzindo a construção efetiva da instituição social escola, que começou a se afirmar como espaço legítimo/legitimador da educação formal, suscitando assim, a grande preocupação com a implantação de um método de ensino inovador, materiais pedagógicos modernos, estrutura física adequada e, principalmente com a qualificação docente para atuar nesses espaços formativos. Durante a Primeira República, o Governo demonstrou uma relevante intencionalidade em disseminar a educação escolar, tendo mudanças significativas em relação ao processo de escolarização das crianças no Brasil.

Esta constatação instiga-nos a refletir sobre o processo de construção e reestruturação da escola primária enquanto instituição educativa pública e, a partir dessa reflexão, nos questionamos: qual a função da escola criada na Primeira República? O que os representantes do povo almejavam com essa escola, tendo em vista que depositaram muita confiança e não pouparam esforços para a consolidação dessa meta?

Com base nessas perguntas lançadas anteriormente, objetivamos com esta comunicação, analisar o papel da escola pública no período da Primeira República (1889 a 1930) a partir de uma revisão teórica, a fim de desenvolver uma reflexão acerca da consolidação desse tipo de instituição escolar no Brasil. O presente trabalho é parte de uma pesquisa inicial de dissertação de mestrado vinculada à linha de pesquisa Formação Humana e Desenvolvimento Profissional Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - POSEDUC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, que intenciona investigar o sentido social da escola por intermédio de narrativas de ex-alunas do Grupo Escolar 30 de Setembro em Mossoró nos anos de 1960.

Para este estudo de caráter qualitativo, estamos baseados na revisão teórica como aporte metodológico e convidamos para conduzir tais discussões, autores como Luciano Mendes Faria Filho (1997, 2006), Dermeval Saviani (2007) e Jorge Nagle (1976) dentre outros, por abordarem em seus estudos questões como cultura escolar e a educação primária no período da Primeira República no Brasil. Utilizamos também documentos provenientes de arquivos privados, como: legislações educativas, regimento interno dos grupos escolares e outros documentos.

O presente texto está organizado de forma a apresentar inicialmente o ideário educacional propagado na época, assim como os motivos que colaboraram para o surgimento desse modelo de instituição no Brasil; em seguida, apresentamos breves considerações acerca do assunto abordado nesse estudo.

A ESCOLA PRIMÁRIA DO PERÍODO REPUBLICANO

Escola pública, gratuita, laica, científica e moderna são princípios que começaram a ser discutidos principalmente pelos defensores do Movimento Iluminista no Século XVIII na

Europa. Esse movimento social passou a defender uma escola pública que fosse domínio e responsabilidade do Estado. No Brasil, com o advento do governo republicano em 1889, um dos objetivos primordiais era o de reformar o sistema educacional brasileiro e fazer educação formal um de seus marcos centrais. Para isso, o governo passou a se basear nos pressupostos civilizatórios da Europa, influenciados principalmente pelo movimento da Revolução Francesa, que defendia formas de civilizar a sociedade através da educação escolar (SILVA, 2010).

De acordo com estudo de Faria Filho (2006) que discute a instrução elementar no Brasil, foi a partir do século XIX que começaram a perceber a necessidade de escolarização para o povo brasileiro, inclusive para negros, índios e mulheres. Segundo esse autor, eram vários os modelos de escolarização que vigoravam em meio ao século XIX, quase sempre funcionando em lugares improvisados, pequenos, insalubres e anti-higiênicos. Com o desejado progresso do país e com a valorização educacional, a escola em residências passa a ser criticada pelo novo ideário educacional.

O Governo, então, na tentativa de superar as Escolas de Primeiras Letras (determinada pela aprovação da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827), passa a visualizar a escola como o espaço mais adequado para educar e civilizar a população de forma que essa venha a atender aos anseios da sociedade que estava nascendo. Com o intento de alcançar esse desenvolvimento social, os representantes governamentais começaram a repensar a educação brasileira, em especial, a educação primária e secundária. As mudanças no ensino ocorreram paulatinamente com a ajuda de Leis e Decretos que foram acrescentando ao currículo novas perspectivas educacionais (SAVIANI, 2007).

Algo que se tornou inquestionável pelo Governo da época foi: não se poderia mais aceitar que as aulas continuassem a ser ministradas em residências particulares. Isso era fato, porque esse tipo de escola funcionava em prédios residenciais, geralmente eram nas casas de professores e não tinha estrutura física e pedagógica adequada para tal atividade. Nesse modelo de escola também não havia a separação dos alunos de acordo com as séries de estudo que cursavam e/ou idades, pois todos estudavam juntos, obrigando os professores a trabalharem com crianças de idade e níveis de aprendizagem completamente diferentes. Romper com esse modelo de escola não foi algo rápido e nem simples, vindo a gerar na época, como enfatiza Faria Filho (2006, pág.146) *“uma luta do governo estatal contra o governo de casa”*.

Do que foi exposto até aqui, podemos observar uma grande preocupação por parte da elite política que pretendia imprimir na sociedade hábitos civilizados e para isso era imprescindível suprimir as escolas que funcionavam em residências, pois essas não ofereciam estrutura, materiais didáticos e móveis adequados à educação tida como moderna. Outro aspecto preocupante desse modelo era a existência da escola multiseriada, que pela presença de crianças com características heterogêneas de idade e de aprendizagem, contribuía para o professor atender o aluno individualmente, fator que ocasionava desperdício de tempo, ócio ao resto da turma e dificultava a aprendizagem. O ideário pedagógico da época começou a perceber que se uma sala de aula composta por alunos de idades e níveis de aprendizagem semelhantes auxiliava o mestre a desenvolver o método simultâneo de ensino, ensinando vários alunos ao mesmo tempo, pois todos estariam aptos a estudar os mesmos conteúdos, evitando assim a ociosidade, a indisciplina e conseqüentemente, as possíveis punições.

Aos poucos, o Governo tratou de providenciar a construção de instalações para o ensino público, denominado essas instituições de grupos escolares. Recebeu esse título, pelo fato de reunir em um mesmo prédio várias escolas, sob uma única figura de direção escolar. Na estrutura anterior de ensino, as escolas primárias, então chamadas de Primeiras Letras, eram classes isoladas ou avulsas, ou seja, uma escola era composta de uma classe regida por um professor,

que ministrava o ensino elementar a um grupo grande de alunos em níveis diferentes de aprendizagem. E essas escolas, uma vez reunidas, deram origem aos denominados, Grupos Escolares (FARIA FILHO, 2006).

Os estudos de Pinheiro (2001) apontam acerca da implantação dos grupos escolares como um processo para a construção de uma sociedade que pretendia se tornar moderna. De acordo com a autora, o novo modelo de sociedade exigia mudanças na área educacional, transformando a escola na sua estrutura física e no campo organizacional, enfatiza ainda a atenção que se tinha com a construção e a localização dos prédios educacionais. Havia a necessidade de um planejamento criterioso relacionado à edificação das instituições escolares sendo essas ainda, submetidas à avaliação do Conselho de Instrução Pública. Essa preocupação com a construção dos novos espaços refletia também os ideais políticos governamentais de formar o homem público para uma sociedade moderna.

Havia também uma grande preocupação com a estrutura física dos prédios escolares, pois a arquitetura moderna seria um dos focos centrais do novo cenário urbano, como destaca Bencosta (2005, p.70).

A localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visíveis, enquanto signos de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime.

Dessa forma, a escola construída na Primeira República começou a trazer várias novidades educativas, dentre elas, como já citamos, a implantação das escolas seriadas, agrupando alunos de acordo com a idade e níveis de aprendizagem. Por isso, os grupos escolares eram também chamados de escolas graduadas, uma vez que o agrupamento de alunos se dava de acordo com o grau em que situavam, passando gradativamente até concluir o ensino primário. Com a construção dessas instituições, o governo explicitava claramente sua intenção de mostrar o antes e o depois do governo republicano, no que concerne ao setor educativo. Conforme Pinheiro (2001, p. 33) *“No Brasil, o projeto republicano de difusão do acesso à leitura e à escrita, tratava também da implantação de uma instituição educativa comprometida com a modernização da sociedade brasileira”*.

À guisa de esclarecimento, enfatizamos que o discurso sobre o desenvolvimento e ampliação do ensino, não enfocava como primordial nesse momento todos os níveis, como primário, secundário e superior, o que parecia despertar interesse era a disseminação da escola primária, isso porque surgia uma grande preocupação com o grande índice de pessoas não alfabetizadas que além de serem consideradas sem cultura, não poderiam exercer o papel de eleitor. O analfabetismo era considerado naquele momento com um dos grandes problemas que impedia o progresso do Brasil.

A educação era, sem sombra de dúvidas, o grande trunfo que o Governo via em mãos para diminuir, de uma vez só, os maiores problemas dos brasileiros, na medida em que iria conduzir o Brasil para o caminho da modernidade por meio da alfabetização e civilização da grande massa populacional, conseguindo assim, mais eleitores. Nagle (1976) denomina esse movimento como *“entusiasmo pela educação”*.

Como enfatizamos anteriormente, essas instituições foram sendo criadas aos poucos, para atingir um dos objetivos do governo republicano, o de reformar o sistema educacional brasileiro, tendo em vista que nesse período a sociedade estava passando por transformações políticas, sociais, econômicas. Assim, o governo tratou de utilizar a educação como um meio de transmissão de valores culturais considerados necessários para se atingir as novas perspectivas

que se pretendia para a época. Com esse objetivo, implantaram estabelecimentos educativos comprometidos com a modernização da sociedade, como ressalta Pinheiro (1997, p.34),

A nova ordem social acaba por impor mudanças radicais também no campo da educação, passando a escola por transformações marcantes não apenas no que se refere à estrutura física mas, também e sobretudo, a uma nova forma de organização tanto administrativa, quanto didático-pedagógica.

É importante lembrarmos que essas mudanças foram mais visíveis em cidades grandes como, por exemplo, São Paulo e o Rio de Janeiro, que já em meados do século XIX estavam se consolidando como grandes metrópoles e se destacavam como os centros urbanos mais modernos do país. Se sobressaíam também no setor educacional, principalmente o estado de São Paulo, que estava servindo de parâmetro para o restante do país pela organização educativa e administrativa de seu sistema educacional.

No Rio Grande do Norte, o educador Nestor dos Santos Lima em 1913, foi conferir de perto a sistemática de ensino oferecida nas escolas republicanas de São Paulo, e, a partir dessa experiência, Nestor dos Santos Lima elabora um relatório descrevendo minuciosamente o funcionamento, a estrutura, a organização, o currículo e os métodos empregados naquelas instituições. Essa experiência foi decisiva para transformar esse educador supracitado em um defensor ardoroso da implantação desse modelo de ensino no Rio Grande do Norte. Assim, sob a ótica dos grupos escolares e escolas normais paulistas que o nosso estado sistematiza a educação potiguar e expande esse modelo educacional aos vários municípios do estado (SILVA, 2010).

Com todas essas mudanças, citadas até agora, começa a ser discutido também, novo método de ensino para essas escolas e, o Método Intuitivo de Ensino passa a ser considerado o mais ideal. A título de esclarecimento, esse método foi divulgado no Brasil por Rui Barbosa em 1886 por meio do livro: Primeiras Lições de Coisas, de Norman Allison Calkins, cuja primeira edição data de 1861, mas só veio ser mais divulgado efetivamente com o regime republicano (SILVA, 2010). Esse método privilegiava a aprendizagem através dos sentidos, o toque, a experimentação, a manipulação dos objetos em estudo. Assim, não importava mais a memorização, a repetição, mas sim as atividades experimentais que propiciassem conhecimento.

Outra reforma advinda da concepção do método intuitivo foi a defesa da abolição dos castigos físicos praticados em sala de aula, implantando o sistema de premiação como maneira de incentivar e motivar o aluno. Nesse sentido, para punir comportamentos indesejados os educadores eram orientados a seguir, a partir de então, as regras dos regimentos internos das instituições escolares. Conforme a gravidade da ação do aluno, os regimentos admitiam aplicar advertências públicas e individuais, reclusão na hora do recreio e ao término da aula, proibição de frequentar as aulas e nos casos mais graves, empregava a expulsão da escola. Novos conhecimentos sobre a infância e críticas sobre o modo autoritário dos adultos (professores) sobre a criança (aluno) foram contribuindo para diminuir as relações de violência entre os principais agentes da escola e atenuar as rejeições à escola.

Em relação ao currículo escolar, Araújo (1982, p. 118, 120) afirma que a partir da Reforma Pinto de Abreu, aqui no Rio Grande do Norte, o currículo da educação primária passou a ser composto por tais disciplinas,

[...] Leitura e Escrita, Contabilidade, Lições de Coisas, Língua Nacional, Noções de Geografia, Rudimentos de História Pátria, Instrução Moral e Cívica, Economia Doméstica, Desenho, Cantos Escolares, Trabalhos Manuais, Exercícios Físicos.

Destacamos as disciplinas Rudimentos de História Pátria e Educação Moral e Cívica ministradas nos espaços escolares como um instrumento para preparar o verdadeiro cidadão. O fator primordial dessas disciplinas era disseminar, divulgar os ideais republicanos, valores patrióticos, tendo em vista que a educação passou a ser concebida como responsável pela organização da nação, formando, moldando, lapidando e repassando valores aos indivíduos (crianças) para que, no futuro, os mesmos possam representar sua pátria.

Com o novo cotidiano escolar, surgia a preocupação também com a higiene e a formação de um povo ordeiro, educado, organizado, limpo não só fisicamente como também, mentalmente. Associada ao incentivo à prática de higiene, outra disciplina considerada primordial nesse período era a responsável pelas práticas educativas corporais, que era orientada no sentido de promover hábitos saudáveis e disciplinadores. O exercício físico na escola começou a ser vinculado à prática de higiene escolar e física do aluno. Assim sendo, a educação física foi pensada e planejada como momento adequado para despertar hábitos saudáveis na futura geração, aumentando os cuidados com o corpo são, a saúde e ampliando o seu olhar sobre a assistência higiênica das crianças.

Além dessas mudanças estruturais e curriculares, a mudança no ensino previa também modificações no trabalho docente. A começar pela formação profissional exigida a todos os professores que lecionavam nos grupos escolares que passava a ser oferecido pela Escola Normal, com duração de quatro anos. Se os Grupos Escolares surgem para atender uma nova proposta de orientação metodológica, exigindo mestres qualificados para o novo modelo de ensino, a Escola Normal nasce com a missão de formar o novo mestre, ou seja, professores que fossem capazes de ministrar o ensino primário conforme as novas exigências educacionais.

Assim, a ação do professor no seu cotidiano em sala de aula, estava sendo modificada com a adoção de vários documentos, como: diários, fichas pedagógicas, planos e relatórios. O professor deveria adotar, a partir de então, procedimentos didático-metodológicos baseados em princípios do método intuitivo de ensino, como está registrado no Regimento Interno dos Grupos Escolares (Art.75, p.30),

e)-ensinar todas as materias do programma e concretizar o ensino, adaptando os processos intuitivos e evitando, quando possível, o modo individual e a aprendizagem puramente de memória; (SIC)

Como vimos até agora, a escola se transformou em uma equipamento educacional popular e com credibilidade para a ascensão da sociedade brasileira no que concerne à civilização e ao progresso durante o período da Primeira República. A partir do advento do governo republicano a escola passou a ser projetada para se firmar como a grande referência que anunciava e propagava os novos tempos. Para alguns, essa crença era considerada um tanto quanto romanesca, mas não podemos negar que a responsabilidade e o papel social que foram atribuídos à escola naquele período foram conduzindo a uma afirmação da escola como instituição social planejada pedagógico e fisicamente para o ato de educar, que significava muito mais do que ler, escrever, fazer contas e votar, tornava-se uma instituição legitimadora que tinha a nobre missão de formar o novo cidadão.

Consideramos necessário esclarecer que essas transformações não ocorreram rapidamente, ao contrário, foram acontecendo paulatinamente e houve bastante resistência por parte de representantes do povo de muitas províncias, alegando principalmente falta de recursos financeiros para custear e manter tais escolas.

BREVES CONSIDERAÇÕES

A escola primária no contexto da Primeira República (1889 a 1930) ao que percebemos, teve a função de proporcionar a instrução escolar ao povo para atender aos novos preceitos civilizatórios desejados pelos governantes. Esse período foi marcado por profundas mudanças na estrutura das escolas públicas primárias brasileiras, pois tudo na escola foi muito bem pensado com vista possibilitar dispositivos civilizatórios para a construção do novo cidadão.

Os representantes do povo almejavam transformar os “*súditos em cidadãos, desocupados em trabalhadores, bárbaros em civilizados*” (FARIA FILHO, 2000, p. 128), para isso não pouparam esforços na defesa da escola como principal meio formar e transformar o cidadão para estar apto a colaborar com a ordem e o progresso da República.

A primeira grande novidade, como vimos, foi a preocupação com a edificação do espaço próprio para a educação escolar (Grupos escolares) todo planejado pedagogicamente para possibilitar a escolarização e civilização das futuras gerações. Todas as transformações ocorridas no âmbito desse novo modelo de escola primária, como: currículo, inserção de materiais didático-pedagógicos, metodologia de ensino inovador e qualificação docente. Além disso, foram inseridas novas atividades escolares como recreio, festas, espetáculos, apresentações teatrais, danças, músicas, leituras, passeios e desfiles escolares que possibilitaram a construção de uma cultura escolar que repercute até os dias de hoje nas nossas escolas.

Ressaltamos o método intuitivo como integrante das novas dinâmicas civilizatórias do governo, tendo em vista que propõe uma convivência bastante diferenciada nas relações entre os agentes da escola, pois a partir desse momento, os alunos (crianças) são convidados para serem mais ativos em sala de aula, tornando a aula mais agradável. O objetivo agora era disseminar o prazer em aprender e diminuir o índice de rejeição e o medo da escola. Dessa forma, a escola passava a ser conhecida e reconhecida pela sociedade.

Quando nos propomos a trazer uma discussão, ainda que breve, sobre a escola no contexto da Primeira República, estamos concebendo a importância de se conhecer esse modelo de instituição criado no século XX para compreendermos o modelo de escola que temos na contemporaneidade. Trazer um recorte da historicidade da escola no Brasil contribui para suscitar reflexões sobre a cultura escolar e colabora para pensarmos o papel da escola na atualidade, pois sabemos que a escola apresenta-se como instituição educativa em constante transformação, mas compreendemos que há determinados papéis que permanecem ao longo do tempo e que disseminam uma identidade coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à primeira república.** Dissertação de Mestrado. Natal, PRAEU, 1982.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Grupos Escolares no Brasil: um modelo de escola primária.** In STEPHANOU, Maria; BASTOAS, Maria Helena Câmara. *Histórias e memórias da educação no Brasil- Século XX.* Petrópolis/RJ: Vozes, 2005, V.3.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução.** Revista de Educação Pública, Cuiabá/MT. V.6. 1997.

_____, Luciano Mendes de. **Instrução elementar no século XIX,** In: TEIXEIRA, Eliane Marta, ET alii. *500 anos de Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UFP, 2000.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1976.

PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão. **Sinhazinha Wanderley: o cotidiano do Assu em prosa e verso (1876-1954)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1997.

PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão. **A professora sinhazinha Wanderley e o grupo escolar Tenente Coronel José Correia**. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. (org.) *A mulher em nove versões*, Natal: EDUFRN, 2001.

Saviani, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: autores Associados, 2007.

SILVA, Antonia Milene da. **O Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia-RN: modernização do ensino primário (1911-1930)**. Monografia (Especialização em Educação) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Mossoró, 2010.

DOCUMENTOS:

Regimento Interno dos Grupos Escolares. Tipografia da República, 1925.

Submetido em: Março de 2016

Aprovado em: Novembro de 2016